

O COMPORTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DAS ELITES MINEIRAS NA FORMAÇÃO DO NÚCLEO AGRÁRIO-EXPORTADOR CAFEIEIRO- 1780-1850

* Mônica Ribeiro de Oliveira¹

Nosso objetivo primeiro, aquele que nos moveu a elaborar um projeto de pesquisa, era entender as origens da constituição do sistema agrário-exportador cafeeiro na Zona da Mata de Minas Gerais. Incorporando trabalhos acadêmicos que comprovavam a dinâmica cafeeira alcançada na região em oposição às referências à condição subordinada e menor da cafeicultura mineira em relação aos núcleos fluminense e paulista, investi na hipótese de internalização de um capital em Minas, proveniente de seu dinâmico mercado interno, que teria sido investido, noutras fronteiras, na formação de grandes propriedades agrícolas cafeeiras. Esse capital gerido nos século XVIII, fruto da riqueza das minas de ouro e diamantes, possibilitou efeitos multiplicadores sobre o processo de ocupação econômica de novas terras, vizinhas ao tradicional centro minerador. O resultado dessa expansão centrífuga de capitais e agentes sociais, possibilitou a incorporação de vastas terras ao projeto da colonização. Referimo-nos as terras da região das Vertentes/Mantiqueira e, mais tardiamente da Mata mineira. Importante foi resgatar dos empoeirados documentos cartoriais dessa primeira região os dados que pudessem comprovar a formação de importantes redes sociais, inicialmente vinculadas ao mercado de produtos agrícolas, das pequenas e médias empresas montadas estimuladas, pelos influxos da mineração.

Promoveu-se um processo de redistribuição das antigas elites, cujas novas gerações emigram para outras terras, investem inicialmente, na formação de unidades produtivas voltadas para o mercado interno. A atividade mercantil associa-se à agrícola e, muitos produtores tornam-se também mercadores dos próprios produtos e dos outros menos abastados. As possibilidades de acumulação multiplicam-se pelo controle do transporte e revenda da produção em mercados mais distantes. Nos pólos de São João Del Rei, Barbacena, Rio de Janeiro, Vassouras, dentre outras, as redes relacionais, se aprofundam e fortemente entrelaçadas possibilitam, através das casas atacadistas e do fornecimento de créditos, escravos e demais gêneros, as bases para consolidação do forte grupo social. Nessas práticas manifestava-se o ideal arcaico de sociedade, herança do Antigo Regime

português em terras coloniais, perceptível na elaboração de série de estratégias sócio-econômicas de grupos sociais, entrosados internamente por importantes relações de parentesco. Nesse momento a Mata mineira torna-se uma outra alternativa para aplicação de capitais, fronteira aberta a novos empreendimentos, tendo em vista, principalmente, o sucesso que vinha alcançando a produção cafeeira nos vizinhos fluminenses.

Em um primeiro momento, tornou-se necessário o levantamento da estrutura agrária montada na região das Vertentes-Mantiqueira, considerada a ante sala do sistema agrário cafeeiro da Mata mineira. A pesquisa revelou a consolidação de alguns traços estruturais, já presentes em outros sistemas voltados para o abastecimento interno. São exemplos, a difusão da posse de cativos, a produção extensiva, a presença de instrumentos de trabalho rudimentares e vínculos maiores ou menores com o mercado.

Constituiu-se uma hierarquia social excludente que tendeu a aprofundar-se nos dois extremos da pirâmide social. Percebeu-se o aumento do número de unidades domésticas, de tipo camponês, sem cativos ou com mínima utilização destes e com uma produção voltada para o auto consumo e pequena parcela de excedentes comercializável. Paralelamente, encontramos maior percentagem de grandes empresas escravistas, vinculadas aos circuitos mercantis mineiros, com amplas possibilidades de reprodução interna, com maior concentração de cativos².

Este crescimento da importância do setor camponês, em Minas, já havia sido percebido por D. Libby³, através da análise dos mapas de população. No mesmo sentido, Ângelo Carrara propõe que as pequenas produção e criação de gado eram o que garantiam o movimento da economia colonial e os níveis de rendimento que permitissem o crescimento da população e abertura da fronteira.⁴ A nossa pesquisa demonstrou a concomitância, no tempo e no espaço, de unidades escravistas e camponesas, em que as primeiras tendiam a concentrar maior número de escravos e investimentos em terras, conseguindo uma participação mais regular nos circuitos mercantis. A estabilidade destas empresas estava assegurada pelas conexões com mercados mais distantes e rentáveis. As

¹ Professora do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora

² Inventários post-mortem – Arquivo do Fórum Mendes Pimentel - Barbacena

³ LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988. p.97

⁴ CARRARA, A. . *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais. 1674-1807*. 1997. Tese (Doutorado)- UFRJ, Rio de Janeiro, 1997. p. 37.

empresas de tipo camponês, apesar de, numericamente, serem mais representativas no conjunto das unidades produtivas encontradas, apresentavam tênues relações com o mercado, estritamente localizadas nos limites regionais, visíveis pela sua mínima capacidade de acumulação e inversões produtivas. Os dados demonstraram que, no processo de abertura da fronteira, havia espaço tanto para a pequena produção camponesa, quanto para as produções de maior porte. O movimento da economia colonial, portanto, estava garantido pelo caráter de complementaridade que estes dois setores possuíam e pela capacidade de reiteração de suas economias.

No que se refere à Mata mineira, região contígua às Vertentes, na qual se estabeleceria ali importante núcleo agrário cafeicultor, a pesquisa demonstrou que nas primeiras duas décadas do século XIX não se percebe nenhuma produção de café naqueles municípios que seriam posteriormente reconhecidos como pioneiros na produção da rubiácea. Isto confirma que o processo de ocupação iniciou-se atrelado à agricultura e pecuária fracamente mercantilizadas e só posteriormente a região descobriu sua vocação agroexportadora. A concomitância de certos fatores já mencionados como a precoce expansão cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense, os altos preços adquiridos pelo café no mercado internacional, associados à ampla disponibilidade de terras e acesso à mão-de-obra, permitiria que diversos integrantes da elite agrária e mercantil mineira efetivamente se instalassem na Mata, aproveitando todas essas pré-condições e dando origem às primeiras lavouras de café. Esse movimento se revelaria como um segundo momento no processo de ocupação da região perceptível pela obtenção de terras por meio de compra e pela sua valorização alcançada à partir das décadas de 1820 e 1830 .

A incipiente lavoura de alimentos e a restrita criação de animais não teriam proporcionado um amplo processo de acumulação cativa que permitisse a expansão da lavoura cafeeira. Portanto, a fundação do núcleo agrário-exportador deveu-se à fixação, na Mata, de famílias com fortunas consolidadas em outras sub-regiões mineiras. Nos referimos ao trânsito de elites dentro do espaço regional mineiro; fazemos menção, especificamente, à migração, dentro da Comarca do Rio das Mortes, de elementos provenientes de dois de seus principais termos: São João Del Rei e Barbacena. O importante papel de atacadista intermediário entre a Comarca do Rio das Mortes e Rio de Janeiro desses dois termos

promoveu a ampla apropriação de capitais mercantis e o conseqüente enobrecimento de muitas famílias.⁵

Levantamos as principais fortunas dos municípios da Mata mineira, vinculados à produção de café por volta da década de 1870, já no auge da produção cafeeira e, retrospectivamente, buscamos suas origens. Os dados encontrados revelaram que 85% das fortunas estabelecidas na Mata Mineira tiveram origem na própria Comarca do Rio das Mortes, nos Termos de Barbacena e São João Del Rei. Essa porcentagem tornar-se-ia mais alta, se incluíssemos as famílias, originárias de outras províncias e regiões, mas que, de alguma forma ou de outra, estiveram envolvidas com as redes mercantis que articulavam os dois Termos.

A trajetória percorrida por grande parte dessas fortunas partiu da propriedade de vastas terras, envolvidas com a produção de gêneros e, principalmente, criação de animais, para a praça carioca, com o controle autônomo do transporte e comercialização dos produtos. Esse esquema próprio de comercialização propiciou enormes fontes de acumulação de capitais, pois, além de controlarem a negociação dos próprios produtos, muitos atuaram como intermediários de outras empresas menores, ao mesmo tempo em que ofereceram oportunidades de crédito. A distribuição de pequenos financiamentos, por sua vez, possibilitou uma outra enorme fonte de acumulação, perceptível na composição das maiores riquezas da região. Foram esses grupos que se fixaram nas fronteiras da Mata Mineira, profundamente articulados com as redes mercantis da província em direção ao Rio de Janeiro e que se dedicaram à montagem de grandes empresas cafeeiras na primeira metade do século XIX.

Ao se fixarem nos municípios que se tornariam os pioneiros do café, continuaram estabelecendo suas linhas de crédito com o interior e seus contatos com a praça carioca, conseguindo manter, dessa forma, as primeiras inversões em cativos e gerando a formação de grandes plantéis e uma posição proeminente nos negócios, até o surgimento dos primeiros lucros com a nova lavoura encetada.

⁵ GRAÇA FILHO, A. Afonso. *A princesa do oeste: Elite mercantil e economia de subsistência em São João Del Rei (1831-1888)*. 1998. Tese (Doutorado), UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

Patrícia F.Genovês em sua tese de doutorado dedicou-se ao estudo das origens e formação da elite mineira e de sua trajetória política durante o segundo reinado . Analisou os mecanismos, táticas e estratégias que informavam as relações de poder no período, para a autora

“...os clãs da Mata também tinham suas bases clientelares bastante estendidas e dispunham de um capital simbólico considerável, ampliando cada vez mais suas condições de alianças familiares com outras regiões da própria província e dos vizinhos na Corte e em São Paulo⁶.

Suas análises corroboram nossas assertivas acerca da antiguidade das relações sociais na Mata mineira, através das quais percebe-se a incorporação de alianças, contatos políticos e importantes relações familiares que constituirão as bases de consolidação desses grupos. Configurava-se uma comunidade na qual, as relações de solidariedade e reciprocidade iam muito além de uma prática do “favor” ou mesmo como uma marca indelével da colonização portuguesa. Esse comportamento traduzia a visão de mundo característica de Antigo Regime, no qual a distribuição de privilégios, o respeito ao nome de família e as retribuições advindas dessas relações informavam a prática social dessas elites. Principalmente, ao nos debruçarmos sobre elites agrárias periféricas ao poder central representado pela Corte. Elas se incorporavam e se subordinavam a Portugal e mais tarde ao Império do Brasil, através do recebimento de mercês, que se traduziam na obtenção de títulos religiosos, patentes militares, terras, dentre outros⁷. As reflexões de Ângela Xavier e Antônio Manuel Hespanha, de redes clientelares aplicam-se muito bem ao emaranhado das relações sociais encontradas. Relações assimétricas de amizade, perceptíveis na relação entre credores e devedores, tornavam esses últimos parte da vasta clientela dos primeiros. “Assim, era freqüente que o prestígio político de uma pessoa estivesse estreitamente ligado à sua capacidade de dispensar benefícios, bem como à sua fiabilidade no modo de retribuição dos benefícios recebidos.”⁸

⁶ GENOVÊS, Patrícia Falco. *O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e o Império no Segundo Reinado*. 2003. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói 2003. p274

⁷ GENOVÊS, Patrícia Falco. *O Espelho da Monarquia: Minas Gerais e o Império no Segundo Reinado*. 2003. Tese (Doutorado) – UFF, Niterói 2003. p. 274

⁸ XAVIER, Ângela Barreto e HESPANHA, Antônio Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel (org.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 382

Nos debruçamos sobre as estratégias cotidianas de preservação do status e patrimônio, nos meados do século XIX, realizada pelas elites agrárias da região. Era uma sociedade que, nas primeiras décadas de sua montagem, se auto financiava, se integrava ao grande sistema de exploração cafeeiro e realizava, em sua maioria, casamentos geográfica e socialmente endogâmicos e que, por sua vez, tendia a criar, historicamente, um sistema próprio de sucessão, em busca da preservação de seu equilíbrio.

Levantamos dados referentes às vinte maiores famílias do município de Santo Antônio do Paraibuna, tradicional município cafeeiro da Mata, detentoras de enormes fortunas agrárias. Conseguimos agregar dados referentes a 85 matrimônios realizados entre as famílias, no período de 1840 a 1870. Nossa intenção inicial foi detectar a natureza da união conjugal no seio das famílias de elite e perceber a sua instrumentalização enquanto estratégia de aumento e preservação do patrimônio e status familiares. Listamos os casais efetivamente constituídos a partir de referências em inventários cruzados aos Registros de batismos e casamentos. Igualmente, percebemos as linhas gerais que estruturavam o processo sucessório, como tradições que protegiam e determinavam como seriam administrados os recursos familiares.

Do total de casamentos realizados pela elite agrária local, encontramos a maior percentagem de uniões por aliança /afins/espiritual configurando a importância dos arranjos matrimoniais, num total de 51,76%. Neste grupo incluímos as uniões entre pessoas afins, com algum vínculo de parentesco não consanguíneo, aquelas realizadas através das relações de compadrio (espirituais), bem como, aqueles casamentos que referendavam claramente uma aliança entre duas ricas famílias, com ou sem laços de dependência expressos. O segundo maior grupo de casamentos revelou-se entre os consanguíneos de até quarto grau, sejam de primos entre si, ou entre tios e sobrinhas, em uma percentagem de 38,82%. Por último, encontramos um terceiro grupo, bastante reduzido de uniões nas quais não se percebeu nenhuma ligação anterior entre os cônjuges, com 9,4% do total.⁹

Especificamente os casamentos entre tios e sobrinhas revelou-se de 19,23% , percentagem significativamente mais alta à encontrada por Carlos Bacelar para o Oeste paulista de 12,6% . Os dados que possuímos não nos permitiram perceber se havia ou não

⁹ Inventários post-mortem – Arquivo Histórico da UFJF(AHUFJF) ; Registros de Casamentos – Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora

opção preferencial pelo primo paterno ou materno, bem como, a incidência de primos paralelos ou cruzados, que poderiam evidenciar uma prática mais ostensiva de seleção de cônjuges.¹⁰ Bacelar destaca a existência de diversas tendências no processo de escolha conjugal não só entre primos, mas entre consangüíneos em geral, o que dependia do arranjo necessário àquela família em uma situação específica. O autor afirma:

(...) o quesito consangüinidade não era o fator predominante nas tomadas de decisões, mas sim era um fator que atuava conjuntamente a outros elementos, que, da mesma forma, pesavam no momento da tomada de decisão.¹¹

Mas antes de traçarmos as outras motivações que impeliam a realização de casamentos entre não-consangüíneos, nos detivemo-nos mais na funcionalidade que estas uniões consangüíneas possuíam dentro da organização sócio-familiar local e, principalmente, dentro de um contexto de multiplicação de oportunidades e consolidação de patrimônios no nascente núcleo-agrário.

Uma das trajetórias mais expressivas acompanhadas por nós é a de Marcelino Gonçalves da Costa, rico proprietário de terras na Mata mineira. Conseguimos acompanhar sua trajetória em três momentos de sua vida, desde os seus pais, quando era um jovem solteiro de apenas 22 anos, de idade residente no Distrito de Quilombo no Termo de Barbacena, até o seu aparecimento em uma lista nominativa de 1831 ainda nesse mesmo distrito com 46 anos e, posteriormente, no ano de sua morte em 1866, com 81 anos (apesar de seu inventário citar 76 anos).

Marcelino era filho de um grande proprietário de terras falecido em 1807. Seu pai era possuidor de diversas sesmarias, reunindo terras de cultura e pastos, além de uma série de benfeitorias, como paiol, chiqueiro, teares, moinhos e engenhos. Dentro do perfil das unidades produtivas do Termo de Barbacena, seu pai poderia ser considerado um grande produtor de alimentos e, principalmente, criador de animais. Possuía uma média de 500 porcos, além de 40 vacas e 25 éguas e potros. Seu plantel de escravos no ano de sua morte

¹⁰ Primos paralelos são aqueles filhos de dois irmãos do mesmo sexo e primos cruzados são filhos de dois irmãos do sexo oposto

¹¹ BACELAR, C. *Os Senhores da Terra*. : família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855. Campinas: CMU/Unicamp, 1977. p. 88

contava com 20 cativos. Marcelino, primeiro filho homem, depois de quatro mulheres, assumiu a condição de administrador dos bens de sua família¹².

Vinte e quatro anos depois, conseguimos detectar a sua presença na lista nominativa do mesmo Distrito do Quilombo, como chefe de família de um fogo, com a profissão de lavrador e tropeiro, e 65 escravos. Certamente, a reunião de seu patrimônio anterior com a condição de tropeiro, como foi dito acima, proporcionou-lhe enormes condições de acumulação¹³.

Trinta e cinco anos depois, Marcelino estava residindo em São Francisco de Paula, na Mata Mineira. O inventário de suas posses cita a presença de 305 escravos, um monte mor partível de 1:345:362\$900, onde mais de quarenta por cento desse total estavam empregados em dívidas ativas e 25%, em dinheiro líquido. Sua propriedade contava com 230 mil pés de café plantados, além de 12 mil arrobas de café em coco, 3 sesmarias, 320 alqueires de terras e uma série de sítios recebidos como pagamento de créditos por ele concedidos, com uma enorme diversidade de benfeitorias. Realizou o casamento de suas filhas com representantes das mais poderosas famílias da região do tronco dos Leite Ribeiro e suas variações com os Magalhães e Guimarães, dentre outras¹⁴.

A segunda maior fortuna era a do Comendador Francisco Leite Ribeiro, natural de São João Del Rei, residente em Mar de Espanha, na Mata Mineira, onde faleceu em 1847. Descendente de uma importante família de fazendeiros, criadores de gado e negociantes, Francisco Leite Ribeiro era proprietário de várias sesmarias adquiridas em seu nome e em nome de familiares seus (seu inventário cita, no mínimo, sete), além de partes em sesmarias adquiridas em nome de outras pessoas. Realizou dois casamentos e teve 12 filhos, todos profundamente articulados às atividades de comercialização entre São João Del Rei e a Corte, além à produção e, principalmente, ao financiamento do café¹⁵.

Em 1831, ainda no período de montagem do sistema agrário-cafeicultor, Francisco Leite Ribeiro aparece no mapa de população com a propriedade de 208 cativos¹⁶¹⁷. Em seu inventário, constava a presença de 140 mil pés de café, o que pode ser considerado um fato

¹² Inventário post-mortem – 1º. Ofício Cível - Fórum Mendes Pimentel - Barbacena

¹³ Lista Nominativa de Santo Antônio do Paraibuna – Arquivo Público Mineiro

¹⁴ Inventário post-mortem- 1º. Ofício Cível – (AHUFJF)

¹⁵ Inventário post-mortem- 1º. Ofício Cível- Fórum de Mar de Espanha

¹⁶ Mapas de População - 1831 - Seção provincial - Arquivo Público Mineiro

¹⁷ Inventários post-mortem - 1º Ofício Cível - Fórum de Mar de Espanha